

MS — Outro projecto importante, o que se relaciona com Belém, centro cultural, levantou também uma certa polémica. Terá de ser sempre assim? Porque foi?

TR — Em primeiro lugar, penso que logo à partida, o concurso teve pressupostos bastante discutíveis, além de muito mal organizado e justificado. Independentemente da qualidade da equipa e do projecto que ganhou, garantias de rigor e de grande prestígio curricularmente demonstrado. Existem questões mais fortes que a entrada de Portugal na CEE, para repensar a zona de Belém.

MS — Quase paralelamente, houve um concurso de ideias promovido pela Associação dos Arquitectos Portugueses.

TR — Sim, mas isso foi para a zona ribeirinha...

MS — ... área que engloba Belém. Afinal porque não se agarrou nesses projectos, aparentemente mais qualificados?

TR — Assiste-se actualmente, por parte de algumas entidades, a uma tentativa de proceder com transparência a nível burocrático, para se justificarem falsas honestidades, os concursos por vezes são alibis. Neste caso o júri, o filtro final, não acolhia as novas tendências vindas das novas gerações, vinculava-se, antes a determinados percursos culturais relacionados com os anos 50 ou 60, a modernidade.

A proposta aprovada relaciona-se exactamente com essa atitude cultural.

MS — Referiu-se às novas tendências da arquitectura portuguesa. A SEC, através da galeria Almada Negreiros, exhibe actualmente uma exposição que se intitula precisamente «novas tendências da arquitectura portuguesa». Porquê a sua ausência?

TR — Nessa exposição, não estão, de forma alguma, representadas as novas tendências da arquitectura portuguesa. É uma exposição colectiva de cinco arquitectos, que acumulam nos seus percursos várias tendências. É uma exposição de rotina, que serve para criar a imagem culta de uma política cultural de subsídios e sorrisos, mas que não alimenta a chama da cultura. É muito triste ver o amontoado de pedidos de subsídios na SEC, que

mais parece a antiga sopa do Sidónio. No tempo do António Ferro, sem querer parecer saudosista, era ele próprio que chamava os artistas e que ia à «Brasileira» solicitar trabalho. Actualmente, são os artistas que se acumulam em salas de espera, como nos cabeleiros, para lhes ser dada uma migalha de trabalho. Devia ser a SEC a deslocar-se às mesas de café e descobrir esses homens sossegados — neste processo é a SEC que se deve cultivar.

Anatole Koppe escreveu «para mudar de vida é preciso mudar a cidade». Os sítios onde se localizam certas actividades, só por si são territórios que testemunham a qualidade dessas mesmas actividades. Desta forma, quando verificamos que a SEC se encontra num prédio especulativo, na Avenida da República, onde...

MS — Mas o arquitecto responsável por esse projecto é actualmente docente da Faculdade de Arquitectura...

TR — Talvez, mas não projectou o edifício para a SEC. Seria um edifício de escritórios de tradição especulativa numa área não qualificada para a cultura, pela destruição a que tem vindo a ser submetida dentro de uma cidade carregada de edifícios que são património. E isto quer dizer muita coisa; reflecte a relação que o Estado tem com o espaço cultural. Aquilo que se constrói, espelha o que está por trás da cultura de um povo.

MS — A partir de 1992, com a instauração do mercado único, prevê-se, em Portugal, uma quebra significativa do mercado de trabalho relacionado com a construção e isto quando a situação se inverte até essa altura. Como vão reagir os arquitectos portugueses à invasão estrangeira?

TR — Eu tenho uma leitura contrária dessa questão. Se eu fosse europeu, não português, ficava preocupado com a entrada de Portugal na CEE, e seria bom avisar os nossos amigos comunitários da nossa chegada. Os portugueses têm por tradição andarem por todo o mundo e poucos se deram mal nessa aventura. São exemplos disso, entre outros, o próprio Álvaro Siza, ou o arquitecto Amâncio Guedes, director de uma escola de arquitectura na República da África do Sul. O processo é vantajoso porque vem criar re-

gras importantes no nosso país. Depois existe uma grande diferença entre o reconhecimento das licenciaturas e o direito ao exercício da profissão. Logo, o facto de ser europeu não facilita a entrada num outro país para exercer a profissão. Existem instituições que representam as classes profissionais e verificam as condições curriculares e a competência dos profissionais. Acho provinciano pensar-se nestes termos, numa altura em que passou a época do internacionalismo proletário, porque, quando estamos a restringir a entrada de outros povos, somos em causa a História de Portugal, cujo povo anda há mais de cinco séculos a entrar na casa dos outros, e que construiu um império.

MS — Dos seus projectos, o mais falado actualmente é o que transforma o Cinema Tivoli. Em que estado se encontra a sua aprovação?

TR — O projecto do Tivoli é um trabalho muito qualificado, executado por uma equipa interessante de jovens arquitectos, e que de repente ganha o aval de toda a burocracia a que os municípios estão sujeitos. No entanto, não se irá construir provavelmente devido à «política anticultura do IPPC», como a este propósito disse Nuno Abecasis. Isto porque se olha demasiadamente para o património do passado e não se estimula o património necessário para o futuro. É um alibi, que sendo uma forma de censura, levanta graves problemas ao movimento artístico criador. Os arquitectos portugueses têm no IPPC o seu organismo censor — é a nova Inquisição. O processo do Tivoli está travado, criando problemas de tal natureza aos seus proprietários, que se viram na obrigação de encontrar outras alternativas, tendo já dado entrada, para apreciação, na Câmara Municipal de Lisboa, um processo para a edificação de um hotel que destrói completamente o Cinema Tivoli. É um edifício corrente que, pela sua vulgaridade, poderá ter mais hipóteses de sobreviver.

MS — O presidente da CML insistiu, por altura do incêndio do Chiado, que os arquitectos eram os responsáveis pela maioria dos cancores arquitectónicos de Lisboa. Porquê?

TR — É verdade, porém, no discurso do presidente, faltou acrescentar a pequena nota de martirização que realmente acontece na vida de um arquitecto quando faz um projecto. Sullivan dizia: «cada vez que se olha para um edifício é um homem que não se vê», e eu acrescento: são vários homens que não se vêem, sendo provavelmente o arquitecto o último da fila. Seriam necessárias todas as mutilações que um projecto sofre desde que sai do estirador até à construção.

MS — Como presidente do CD da Faculdade de Arquitectura, tem tido alguns problemas, e vários ódios. Porquê?

TR — No Cosmos onde nos encontramos, as coisas não aparecem isoladas umas das outras. Os problemas são semelhantes aos de outras escolas e ao da sociedade portuguesa em geral — são todas as crises acumuladas.

A Faculdade de Arquitectura é dirigida por um conselho de dez pessoas representativas dos professores (2), dos assistentes (2), dos funcionários (2), dos alunos (4). Quanto mais participativo for o órgão de

Mais/semanário — O Chiado ardeu. Na sua opinião, o que é que se deve fazer para o reconstruir?

Arq. Troufa Real — Em primeiro lugar o que se deve fazer é deixar o arquitecto Álvaro Siza trabalhar em paz. É disso que ele precisa para produzir uma encomenda que lhe foi feita pelo presidente da Câmara de Lisboa, sem dúvida o responsável pela popularização dum nome pouco conhecido em Portugal, fora do meio da arquitectura. Essa escolha foi muito importante para acalmar os ânimos, como resposta à hipótese de riscos que se poderiam cometer em intervenções menos dedicadas ou qualificadas. Muitos gostariam de participar na reconstrução do Chiado e dali retirar o melhor através do processo de concurso. Admite-se que outros arquitectos, e até mais jovens, poderiam encontrar uma solução hipoteticamente melhor do que a de Siza Vieira mas, a situação é em tudo semelhante à que se passa com as obras de arte: os nomes também qualificam os sítios e eu creio que é muito importante para o Chiado II a assinatura de Álvaro Siza. É como ter um Picasso ou um Vieira da Silva. Provavelmente o Chiado precisa mais de Álvaro Siza do que este do Chiado.

MS — É então um facto já consumado que Álvaro Siza será o responsável pelo projecto do Chiado...?

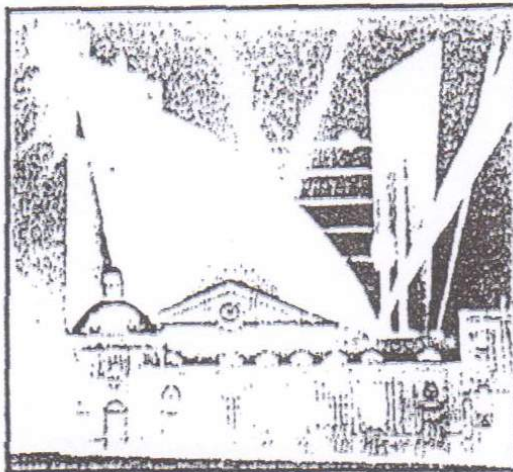
TR — Não, não é. Ainda a semana passada num seminário sobre o Chiado, ficou a ideia de A.S. estar a elaborar um plano director e não um projecto de arquitectura...

MS — É então um bluff? Utilizou-se um nome que afinal não vai assinar o projecto a edificar?

TR — Eu espero que os arquitectos portugueses não transformem o Chiado na sua caixa de previdência. O Chiado não pode ser encarado como uma tábua de salvação. E não voltará mais a ser aquilo que foi, como disse Álvaro Siza.

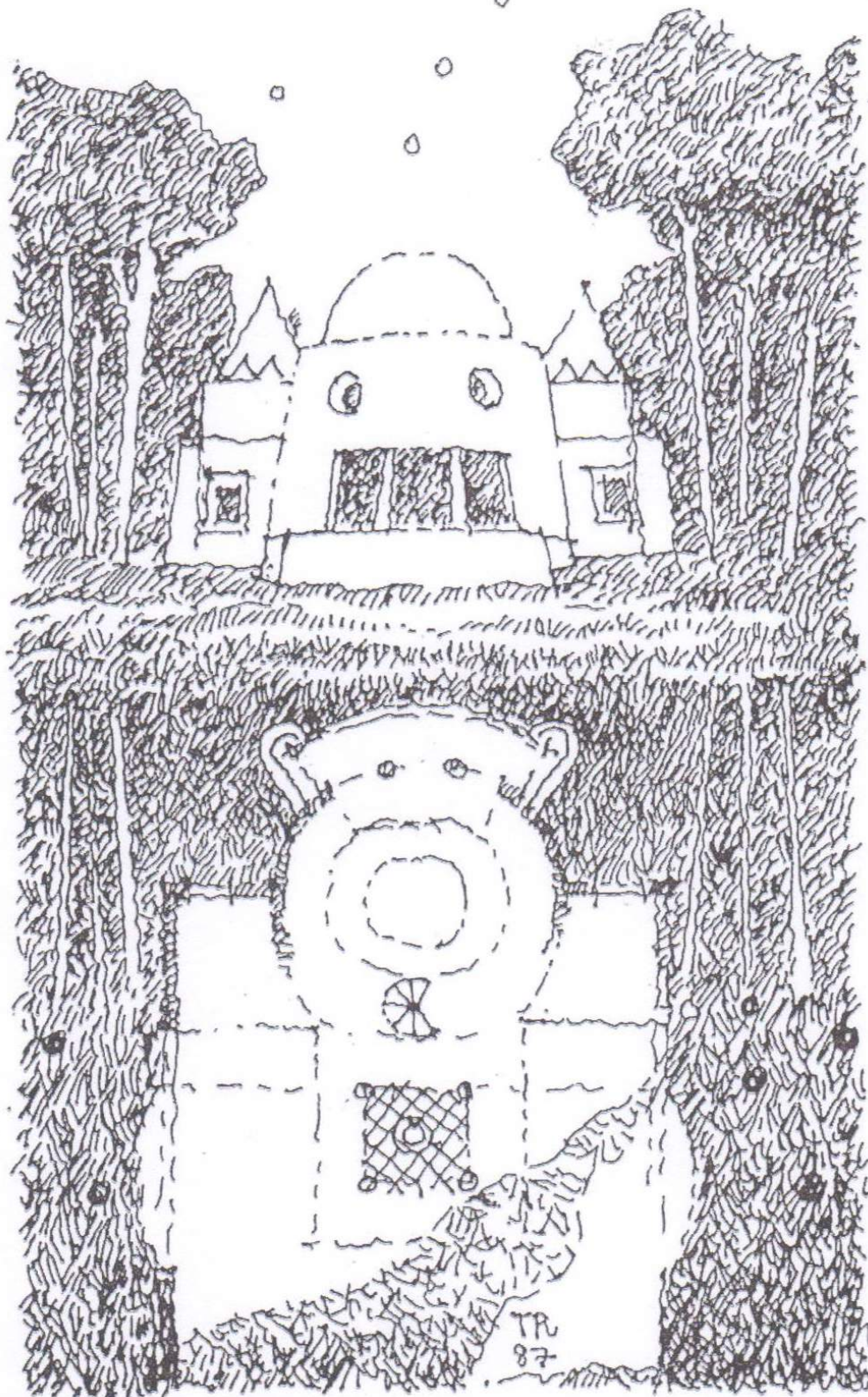
MS — E acha que o deveria ser?

TR — Não. A vida nunca é aquilo que já foi. As coisas passadas apenas devem estimular a existência. A reconstrução será sempre algo de novo, e não exclusivamente a reconstrução da pedra, já não é possível reconstruir o Chiado sem a memória do incêndio.



Alçada da projecto para o Cinema Tivoli

cont. da pág. 19



gestão, mais dividida é a responsabilidade e a criatividade. O actual CD tenta sobretudo dar o máximo às pessoas. Com o fantasma das futuras instalações, as actuais foram-se degradando e os orçamentos para a sua gestão são insuficientes, sendo 93% canalizados para o pagamento de vencimentos. Depois, não existe uma lei orgânica, nem tão-pouco professores catedráticos arquitectos e os alunos sofrem com a falta de condições para poderem trabalhar na escola, o lugar ideal on-

de maioritariamente o deveriam fazer.

Esta é uma situação que a direcção actual combate com realizações que muitos consideram incómodas. A existência de uma oposição é importante, pois espelha a realidade de um agitar saudável que faz avançar. A situação é complicada e complexa, mas simultaneamente tão interessante que a descoberta dessa oposição na escola significa que afinal existe muita gente «viva», que combate a passividade até há bem pouco tempo existente. Ao

fim de um ano de gestão começou-se a reabilitar o belo convento de S. Francisco onde tanto gostamos de estar, e a dar melhores condições aos estudantes.

MS — E os currículos e planos disciplinares?

TR — Isso é uma batata quente da responsabilidade do conselho científico. É uma das preocupações desse conselho a revisão dos planos curriculares, tendo em vista o ajustamento do curso de arquitectura às normas europeias e à tendência

cosmopolita que a escola adquiriu.

MS — Mas nem mesmo entre Lisboa e Porto há uma identidade curricular?

TR — A escola do Porto tem os problemas que inventou. Bons ou maus, nós temos os nossos. A nova gestão quer trabalhar com a escola do Porto num intercâmbio estreito. Julgo que a vocação dessa escola é diferente da de Lisboa. São regiões diversas que geram escolas e problemas diferentes. Lisboa tem um carácter cosmopolita, três turnos, mais alunos...

MS — Gostaria de «comandar» a escola do Porto?

TR — As duas escolas de arquitectura têm hoje as mãos dadas para resolver os vários problemas com que se debate o ensino da arquitectura em Portugal, no entanto eu nunca poderia estar à frente da escola do Porto. Não sou um produto daquela escola, nem faço parte dessa atmosfera cultural. Se viesse a ser presidente do C D no Porto, eu interrogar-me-ia, pois algo haveria de errado em Portugal. As pessoas não podem pertencer a um conselho directivo escolar por nomeação governamental.

MS — Quando internacionalmente se isolam as escolas de arte, juntando-as numa universidade comum, em Portugal, a Arquitectura foi «roubada» à ES-BAL e integrada na Universidade Técnica de Lisboa. Não acha que se cometeu um erro grave?

TR — Concorde plenamente. Apesar do apoio de uma reitoria inteligente e devotada a ajudar os arquitectos, e de alguns reitores dizerem que a Arquitectura foi refreçada a UTL com o espírito das artes, é preciso reconhecer-se que ao perdermos a companhia das artes nossas irmãs nos tornámos mais cinzentos. Penso que as Belas Artes e a Arquitectura têm de descobrir um processo institucional de se reencontrarem, porque não é possível fazer arquitectura sem o encontro espiritual com as artes.

MS — Que arquitectos mais admira?

TR — Vasco Vieira da Costa foi uma pessoa com quem trabalhei e que me ajudou a formar. Trabalhou com Corbusier e fundou a escola de Arquitectura de Luanda. Outro é, sem dúvida, Amâncio Guedes, por tudo e sobretudo pela forma culta como exerce a arquitectura portuguesa no mundo.

MS — Tem algum projecto novo?

TR — Sim. Estou sempre a trabalhar embora tenha poucos clientes. Invento constantemente projectos para filhos que quero, num trabalho criativo utópico sem limite, como o que acontece com pintores, músicos, etc.

Alguns transformam-se em projectos reais como está a ser o caso do viaduto de Marvila: primeiro fiz o projecto que expus na Galeria Os Cómicos e em Málaga e Almagro e depois foi-me então encomendado o projecto. Estou actualmente a terminar uma casa na Quinta da Aroeira, pertencente a uma série de experiências na continuidade da leitura, ou melhor, do revisitar Raul Lino, no que pretendeu ser a arquitectura do português suave e a Casa Portuguesa. São casas muito divertidas.

MS — Porque é que não tem mais trabalho encomendado?

TR — Porque não quero. É importante saber rejeitar. O meu trabalho é sempre condicionado pelas relações com as pessoas e só gasto o meu tempo com quem me interessa, e amo. Participo por vezes em concursos. Recuso muito trabalho e ofereço outro tanto aos meus amigos, normalmente são estimulantes e ganho muito com isso, são na verdade os que me divertem mais. Não sou um electrodoméstico pronto a ligar à ficha.